



SIGOEI - Sistema de Informações Gerenciais da OEI

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8295 PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

PROCESSO DE SELEÇÃO - EDITAL Nº 203/2022

CONSULTOR POR PRODUTO
DATA DE CRIAÇÃO: 24/11/2022

1. PROJETO

Melhoria da qualidade da educação no Brasil por meio do fortalecimento institucional do FNDE em seu papel para o alcance das metas do PNE.

2. ENQUADRAMENTO

2.1 RESULTADOS

Resultado 1.5 - Métodos, técnicas e procedimentos de avaliação da implementação das ações de ensino superior sob responsabilidade do FNDE pelos executores estaduais e municipais, formulados e testados visando identificar seu papel no alcance das metas do PNE 2014-2024 e propor subsídios para atuação do FNDE no próximo ciclo do PNE.

2.2 ATIVIDADES

Atividade 1.5.1 - Realizar diagnóstico, sobre o alcance da execução das ações e contribuições diretas e indiretas das ações de ensino superior no atingimento das metas do PNE 2014-2024.

3. JUSTIFICATIVA

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), é uma política pública de incentivo a educação superior e, foi criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, alterada pela Lei nº 13.530, de 07 de dezembro de 2017, com a finalidade de conceder financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com a avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Um programa dessa magnitude que possui mais de 02 (dois) milhões de contratos com estudantes em todo o País, envolvendo ainda Instituições de Ensino e Agentes Financeiros, está sujeito a inconsistências sistêmicas que podem obstaculizar o trâmite de manutenção do financiamento estudantil. Com vistas a prevenir os riscos inerentes à prestação do serviço, bem como evitar decisões judiciais com condenações por danos materiais e morais que possuem o FIES como tema, faz-se necessário estudo estratégico para aprimorar o tratamento das demandas judiciais, por meio da análise dos normativos e entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais Regionais Federais. Desse modo, o presente Termo de Referência contribuirá para o aperfeiçoamento estratégico da política pública de financiamento estudantil, por meio do mapeamento das ações judiciais e, paralelamente, o estudo das normas que tratam sobre o tema, com o fito de diminuir prejuízos à Autarquia e ao programa, maximizar os recursos disponíveis, diminuir o tempo de resposta nas ações, acelerar o cumprimento integral de decisões e evitar a prolatação de condenações desfavoráveis.

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O principal objetivo da presente contratação é a melhoria no tratamento das demandas judiciais do passivo com a devida resolução, bem como o estudo de ações estratégicas que visam diminuir o ajuizamento de ações com o consequente aperfeiçoamento da política pública do financiamento estudantil.

5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

5.1 Especificação (Consultor 01 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Acre)

- a - Analisar os normativos que regulamentam o programa de financiamento estudantil
- b - Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do fundo
- c - Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes
- d - Mapear ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, por Seções Judiciárias e no tema proposto, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do programa

5.2 Especificação (Consultor 02 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Amapá)

- a - Analisar os normativos que regulamentam o programa de financiamento estudantil
- b - Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do fundo
- c - Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes
- d - Mapear ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, por Seções Judiciárias e no tema proposto, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do programa

5.3 Especificação (Consultor 03 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Amazonas)

- a - Analisar os normativos que regulamentam o programa de financiamento estudantil
- b - Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do fundo
- c - Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes
- d - Mapear ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, por Seções Judiciárias e no tema proposto, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do programa

5.4 Especificação (Consultor 04 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária da Bahia)

- a - Analisar os normativos que regulamentam o programa de financiamento estudantil
- b - Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do fundo
- c - Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes
- d - Mapear ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, por Seções Judiciárias e no tema proposto, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do programa

5.5 Especificação (Consultor 05 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Distrito Federal)

- a - Analisar os normativos que regulamentam o programa de financiamento estudantil
- b - Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE, com vistas à verificação do posicionamento do

Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do fundo

c - Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes

d - Mapear ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, por Seções Judiciárias e no tema proposto, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do programa

5.6 Especificação (Consultor 06 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Goiás)

a - Analisar os normativos que regulamentam o programa de financiamento estudantil

b - Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do fundo

c - Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes

d - Mapear ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, por Seções Judiciárias e no tema proposto, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 1 Região e proposição de melhorias para defesa do programa

6. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

A. Formação Acadêmica

A.1 Formação acadêmica (Consultor 01 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Acre)

Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

A.2 Formação acadêmica (Consultor 02 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Amapá)

Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

A.3 Formação acadêmica (Consultor 03 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Amazonas)

Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

A.4 Formação acadêmica (Consultor 04 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária da Bahia)

Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

A.5 Formação acadêmica (Consultor 05 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Distrito Federal)

Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

A.6 Formação acadêmica (Consultor 06 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Goiás)

Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

B. Exigências Específicas

B.1 Exigências específicas (Consultor 01 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Acre)

Obrigatório experiência comprovada de 05 cinco anos em atividades jurídicas e ou de consultoria jurídico-administrativa no âmbito da Administração Pública Federal inscrição na Ordem dos Advogados há, no mínimo, 04 quatro anos os candidatos precisam encaminhar no momento da inscrição a cópia da carteira da OAB.

Desejável experiência comprovada de 02 dois anos em atividades na área de Educação Superior,

com atuação específica no Fundo de Financiamento Estudantil FIES Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 Financiamento Estudantil Conhecimento da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.

Desejável Certificado de pós-graduação lato sensu em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

B.2 Exigências específicas (Consultor 02 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Amapá)

Obrigatório experiência comprovada de 05 cinco anos em atividades jurídicas e ou de consultoria jurídico-administrativa no âmbito da Administração Pública Federal inscrição na Ordem dos Advogados há, no mínimo, 04 quatro anos os candidatos precisam encaminhar no momento da inscrição a cópia da carteira da OAB.

Desejável experiência comprovada de 02 dois anos em atividades na área de Educação Superior, com atuação específica no Fundo de Financiamento Estudantil FIES Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 Financiamento Estudantil Conhecimento da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.

Desejável Certificado de pós-graduação lato sensu em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

B.3 Exigências específicas (Consultor 03 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Amazonas)

Obrigatório experiência comprovada de 05 cinco anos em atividades jurídicas e ou de consultoria jurídico-administrativa no âmbito da Administração Pública Federal inscrição na Ordem dos Advogados há, no mínimo, 04 quatro anos os candidatos precisam encaminhar no momento da inscrição a cópia da carteira da OAB.

Desejável experiência comprovada de 02 dois anos em atividades na área de Educação Superior, com atuação específica no Fundo de Financiamento Estudantil FIES Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 Financiamento Estudantil Conhecimento da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.

Desejável Certificado de pós-graduação lato sensu em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

B.4 Exigências específicas (Consultor 04 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária da Bahia)

Obrigatório experiência comprovada de 05 cinco anos em atividades jurídicas e ou de consultoria jurídico-administrativa no âmbito da Administração Pública Federal inscrição na Ordem dos Advogados há, no mínimo, 04 quatro anos os candidatos precisam encaminhar no momento da inscrição a cópia da carteira da OAB.

Desejável experiência comprovada de 02 dois anos em atividades na área de Educação Superior, com atuação específica no Fundo de Financiamento Estudantil FIES Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 Financiamento Estudantil Conhecimento da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.

Desejável Certificado de pós-graduação lato sensu em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

B.5 Exigências específicas (Consultor 05 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Distrito Federal)

Obrigatório experiência comprovada de 05 cinco anos em atividades jurídicas e ou de consultoria jurídico-administrativa no âmbito da Administração Pública Federal inscrição na Ordem dos Advogados há, no mínimo, 04 quatro anos os candidatos precisam encaminhar no momento da inscrição a cópia da carteira da OAB.

Desejável experiência comprovada de 02 dois anos em atividades na área de Educação Superior, com atuação específica no Fundo de Financiamento Estudantil FIES Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 Financiamento Estudantil Conhecimento da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.

Desejável Certificado de pós-graduação lato sensu em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

B.6 Exigências específicas (Consultor 06 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Goiás)

Obrigatório experiência comprovada de 05 cinco anos em atividades jurídicas e ou de consultoria jurídico-administrativa no âmbito da Administração Pública Federal inscrição na Ordem dos Advogados há, no mínimo, 04 quatro anos os candidatos precisam encaminhar no momento da inscrição a cópia da carteira da OAB.

Desejável experiência comprovada de 02 dois anos em atividades na área de Educação Superior, com atuação específica no Fundo de Financiamento Estudantil FIES Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 Financiamento Estudantil Conhecimento da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.

Desejável Certificado de pós-graduação lato sensu em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

7. PRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS

7.1 Produtos (Consultor 01 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Acre)

Qtd. Parcelas: 6

ENQUADRAMENTO	DESCRIÇÃO DA PARCELA	PRAZO DE ENTREGA
1.5.1	Documento técnico A contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange no que tange à renegociação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	50 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico B contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	110 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico C contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil Fies, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	175 dias após a assinatura do contrato

1.5.1	Documento técnico D contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	235 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico E contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	295 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico F contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aproveitamento acadêmico dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	360 dias após a assinatura do contrato

7.2 Produtos (Consultor 02 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Amapá)

Qtd. Parcelas: 6

ENQUADRAMENTO	DESCRIÇÃO DA PARCELA	PRAZO DE ENTREGA
1.5.1	Documento técnico A contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange no que tange à renegociação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	50 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico B contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	110 dias após a assinatura do contrato

1.5.1	Documento técnico C contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil Fies, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	175 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico D contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	235 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico E contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	295 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico F contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aproveitamento acadêmico dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	360 dias após a assinatura do contrato

7.3 Produtos (Consultor 03 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Amazonas)

Qtd. Parcelas: 6

ENQUADRAMENTO	DESCRIÇÃO DA PARCELA	PRAZO DE ENTREGA
1.5.1	Documento técnico A contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange no que tange à renegociação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	50 dias após a assinatura do contrato

1.5.1	Documento técnico B contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	110 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico C contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil Fies, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	175 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico D contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	235 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico E contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	295 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico F contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aproveitamento acadêmico dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	360 dias após a assinatura do contrato

7.4 Produtos (Consultor 04 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária da Bahia)

Qtd. Parcelas: 6

ENQUADRAMENTO	DESCRIÇÃO DA PARCELA	PRAZO DE ENTREGA
---------------	----------------------	------------------

1.5.1	Documento técnico A contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange no que tange à renegociação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	50 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico B contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	110 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico C contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil Fies, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	175 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico D contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	235 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico E contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	295 dias após a assinatura do contrato

1.5.1	Documento técnico F contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aproveitamento acadêmico dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	360 dias após a assinatura do contrato
-------	---	--

7.5 Produtos (Consultor 05 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Distrito Federal)

Qtd. Parcelas: 6

ENQUADRAMENTO	DESCRIÇÃO DA PARCELA	PRAZO DE ENTREGA
1.5.1	Documento técnico A contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange no que tange à renegociação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	50 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico B contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	110 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico C contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil Fies, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	175 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico D contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	235 dias após a assinatura do contrato

1.5.1	Documento técnico E contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	295 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico F contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aproveitamento acadêmico dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	360 dias após a assinatura do contrato

7.6 Produtos (Consultor 06 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Goiás)

Qtd. Parcelas: 6

ENQUADRAMENTO	DESCRIÇÃO DA PARCELA	PRAZO DE ENTREGA
1.5.1	Documento técnico A contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange no que tange à renegociação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	50 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico B contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	110 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico C contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil Fies, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	175 dias após a assinatura do contrato

1.5.1	Documento técnico D contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa	235 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico E contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao abatimento de 1% do saldo devedor para médicos que possuem contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	295 dias após a assinatura do contrato
1.5.1	Documento técnico F contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 1 Região, recepcionadas no âmbito da CGFINDIGEF, no que tange ao aproveitamento acadêmico dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	360 dias após a assinatura do contrato

8. VALOR GLOBAL

8.1 Valor global (Consultor 01 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Acre)

8.2 Valor global (Consultor 02 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Amapá)

8.3 Valor global (Consultor 03 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Amazonas)

8.4 Valor global (Consultor 04 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária da Bahia)

8.5 Valor global (Consultor 05 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Distrito Federal)

8.6 Valor global (Consultor 06 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Goiás)

9. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO

9.1 Local de entrega/realização (Consultor 01 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Acre)

Brasília - DF

9.2 Local de entrega/realização (Consultor 02 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Amapá)

Brasília - DF

9.3 Local de entrega/realização (Consultor 03 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Amazonas)

Brasília - DF

9.4 Local de entrega/realização (Consultor 04 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária da Bahia)

Brasília - DF

9.5 Local de entrega/realização (Consultor 05 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Distrito Federal)

Brasília - DF

9.6 Local de entrega/realização (Consultor 06 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Goiás)
Brasília - DF

10. PRAZO DE EXECUÇÃO

10.1 Prazo de execução (Consultor 01 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Acre)

Data de Início: Data da assinatura do contrato

Período até: 1 ano

Data de Término: 30/11/2023

10.2 Prazo de execução (Consultor 02 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Amapá)

Data de Início: Data da assinatura do contrato

Período até: 1 ano

Data de Término: 30/11/2023

10.3 Prazo de execução (Consultor 03 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Amazonas)

Data de Início: Data da assinatura do contrato

Período até: 1 ano

Data de Término: 30/11/2023

10.4 Prazo de execução (Consultor 04 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária da Bahia)

Data de Início: Data da assinatura do contrato

Período até: 1 ano

Data de Término: 30/11/2023

10.5 Prazo de execução (Consultor 05 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Distrito Federal)

Data de Início: Data da assinatura do contrato

Período até: 1 ano

Data de Término: 30/11/2023

10.6 Prazo de execução (Consultor 06 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Goiás)

Data de Início: Data da assinatura do contrato

Período até: 1 ano

Data de Término: 30/11/2023

11. NÚMERO DE VAGAS

11.1 Número de vagas (Consultor 01 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Acre) 1 vaga(s).

11.2 Número de vagas (Consultor 02 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Amapá) 1 vaga(s).

11.3 Número de vagas (Consultor 03 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Amazonas) 1 vaga(s).

11.4 Número de vagas (Consultor 04 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária da Bahia) 1 vaga(s).

11.5 Número de vagas (Consultor 05 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária do Distrito Federal) 1 vaga(s).

11.6 Número de vagas (Consultor 06 - Perfil Jurídico - Seção Judiciária de Goiás) 1 vaga(s).

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Formação Acadêmica

Graduação em curso superior de Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação. 10 pontos

Pós-graduação lato sensu na área de Direito. 10 pontos

12.2 Exigências Específicas

Experiência profissional mínima de 05 (cinco) anos em atividades jurídicas e/ou de consultoria jurídico-administrativa no âmbito da Administração Pública.

07 (sete) anos ou mais = 15 pontos

06 (seis) anos = 10 pontos

05 (cinco) anos = 05 pontos

Experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em atividades na área de Educação Superior, com atuação específica no programa do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

04 (quatro) anos ou mais = 25 pontos

03 (três) anos = 20 pontos

02 (dois) anos = 15 pontos

Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil há, no mínimo, 04 (quatro) anos.

06 (seis) anos ou mais = 10 pontos

05 (cinco) anos = 7,5 pontos

04 (quatro) anos = 05 pontos.

Entrevista a entrevista deve corresponder a no máximo 30% da pontuação

Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 (Financiamento Estudantil) Até 15 pontos

Conhecimento da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018. Até 15 pontos

13. CONSIDERAÇÕES

Processo Seletivo

a) A realização do Processo Seletivo é feita por comissão de seleção instituída especificamente para este fim.

b) A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.

c) Os candidatos deverão obrigatoriamente anexar (somente) a cópia da carteira OAB no momento da candidatura (no site da OEI) para análise do item 12.2.

d) A seleção simplificada é pautada pela análise de currículos e entrevista, conforme segue:

Primeira Etapa Análise de Currículos PC

a) nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos, conforme pontuação especificada neste Termo de Referência

b) serão eliminados os currículos inscritos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos no edital

c) serão convocados para a entrevista os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos, ressalvados os casos de empate.

Segunda Etapa Pontuação de Entrevistas PE

a) A etapa de entrevista será realizada conforme planejamento da Comissão de Seleção, observando os critérios do Termo de Referência e os princípios da Administração Pública Federal

b) A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência. Neste caso, as entrevistas poderão ser gravadas.

c) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato

d) o total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.

PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) PE (Pontuação de Entrevista)

e) em caso de empate na Pontuação Total, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

i) obtiver maior tempo de experiência de trabalho em atividades relacionadas diretamente ao perfil exigido neste Termo de Referência

ii) obtiver maior tempo de experiência profissional comprovada

Considerações Gerais

Os produtos deverão ser entregues, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa contendo nesta a assinatura do consultor. A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004. O consultor deve ter disponibilidade para executar atividades no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em horário comercial, para que tenha acesso às informações necessárias à elaboração dos produtos propostos, no entanto, poderão também serem realizadas de maneira híbrida. Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia. A apresentação dos relatórios de solução são de caráter obrigatório e deverão ser apresentados conforme indicações do informe de procedimentos administrativos de consultoria da DIGEF, estando os pagamentos dos respectivos produtos condicionados a entrega destes.

14. PROTEÇÃO DE DADOS

De acordo com a legislação europeia de proteção de dados em vigor no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, os dados pessoais fornecidos pelo PROVEDOR/EXPERTO/DOCENTE/CONSULTOR também poderão ser processados pela Secretaria Geral da OEI domiciliada em Madri (Espanha) em C/Bravo Murillo 38 (CP 28015) a fim de justificar as despesas e cumprimento das disposições das normas indicadas. Esse processo será realizado por meio dos dados do contrato que são enviados para a plataforma de gerenciamento de projetos da OEI e para o Sistema de Planejamento de Recursos Empresariais (ERP) da OEI, cujos servidores estão alojados em território da União Europeia, e aos quais somente pessoas autorizadas pela Secretaria Geral terão acesso.

Esse procedimento será realizado exclusivamente para a execução do contrato e os dados serão mantidos pelo tempo legalmente previsto para fins de arquivamento e auditoria. Os mesmos não serão compartilhados com terceiros, exceto por obrigação legal. O contratado tem o direito de retirar o consentimento para processar os dados a qualquer momento e que, se exercer esse direito, o contrato terá que ser rescindido nos mesmos termos estabelecidos por ele, uma vez que o processamento dos dados é essencial para a execução do contrato. Da mesma forma, o PROVEDOR/EXPERTO/DOCENTE/CONSULTOR também pode exercer os direitos de acesso, retificação, exclusão e portabilidade de seus dados e os de limitação ou oposição ao tratamento através do endereço de e-mail: proteccion.datos@oei.int, comprovando devidamente sua identidade. Em qualquer situação, o contratado tem o direito de apresentar uma queixa à Agência Espanhola de Proteção de Dados (AEPD).